

Caminhos da «ecoviolência»

O objectivo deste trabalho é estudar as condições ecológicas da violência que subjaz a conflitos entre grupos étnicos ou políticos, cujo pano de fundo é o acesso e o controlo de recursos escassos. O artigo pretende também traçar os caminhos da luta por esses recursos escassos mas vitais, luta essa que catalisa de forma determinada as formas de violência colectiva. O conceito de «ecoviolência», desenvolvido por Thomas Homer-Dixon, é aqui usado quer no sentido da violência gerada pela busca de controlo desses recursos naturais valiosos, quer das respostas violentas daí consequentes.

Palavras-chave: ecoviolência; recursos; conflito.

The objective of this research project is to study the ecological context of the violence which underlies conflicts between political or ethnic groups where the background involves access to and control over scarce resources. The article also seeks to outline the pathways in the struggle for those scarce but vital resources, a struggle which is the crucial catalyst for forms of collective violence. The concept of «ecoviolence», developed by Thomas Homer-Dixon, is used here both in the sense of the violence generated by the search for control over those valuable natural resources, and in the sense of the corresponding violent responses to it.

Keywords: ecoviolence; resources; conflict.

Estes são os príncipes afamados nas suas linhagens que se multiplicaram em extremo nas casas das suas alianças. E saíram para se apoderarem de Gador, até ao oriente do vale, para buscarem pastos para os seus gados. E acharam pastagens abundantes e muito excelentes, e uma terra espaçosíssima, tranquila e fértil, onde antes tinham habitado os da linhagem de Cam. Estes, pois, que acima mencionámos, vieram em tempo de Ezequias, rei de Judá, deitaram abaixo as tendas e mataram todos os habitantes que ali encontraram, e ficaram habitando em lugar deles, pois acharam ali pastos abundantíssimos.

PARALIPOMENOS, liv. I, IV, pp. 38-41

* Ministério do Ambiente e Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto.

ESCASSEZ DE RECURSOS E VIOLÊNCIA

A ruptura do quadro de referência da guerra fria abriu o campo da geoestratégia e da geopolítica, nomeadamente, a ecopolítica.

V. SOROMENHO-MARQUES, *Metamorfoses*, 2005

Ao contrário do que acontecia na era da guerra fria, os conflitos actuais são menos movidos por ideologias e conquistas de poder de Estado, mas sobretudo pela luta pelo controlo e pilhagem de recursos, pela captura de sítios ricos em minérios, madeiras e outros bens preciosos, ou pelo controlo de pontos por onde passam a caminho dos mercados.

MICHAEL RENNER, *Anatomy of Resource Wars*, 2002

Nos últimos cinco séculos o percurso histórico da Humanidade foi marcado por um assustador aumento de guerras e das suas consequências fatais sobre os militares e populações civis envolvidas, a que os desenvolvimentos dos artefactos bélicos proporcionados pela revoluções industrial e tecnológica vieram acrescentar eficiência letal acrescida, até chegarmos no século XX a artefactos de extermínio de massas absolutamente ímpares na história da espécie humana: 1,6 milhões de mortos no século XVI, 6,1 milhões no século XVII, 7 milhões no século XVIII, 11 milhões no século XIX e o paroxismo de 110 milhões de mortos no século XX, respectivamente, correspondentes a 0,32%, 1,05%, 0,92%, 1,65% e 4,35% da população mundial (UNDP, 2005; Sivard, 1991 e 1996)¹. Uma espada de Damocles sobre nós, num quadro que Rummel (1976) designou por hélice do conflito, testando-o através de modelos matemáticos da teoria das catástrofes (Rummel, 1987), na oscilação entre os vectores de conflito e os vectores de contrato social que mantêm o equilíbrio do sistema, mas onde as rupturas podem levar a alterações (saltos catastróficos) das condições de equilíbrio.

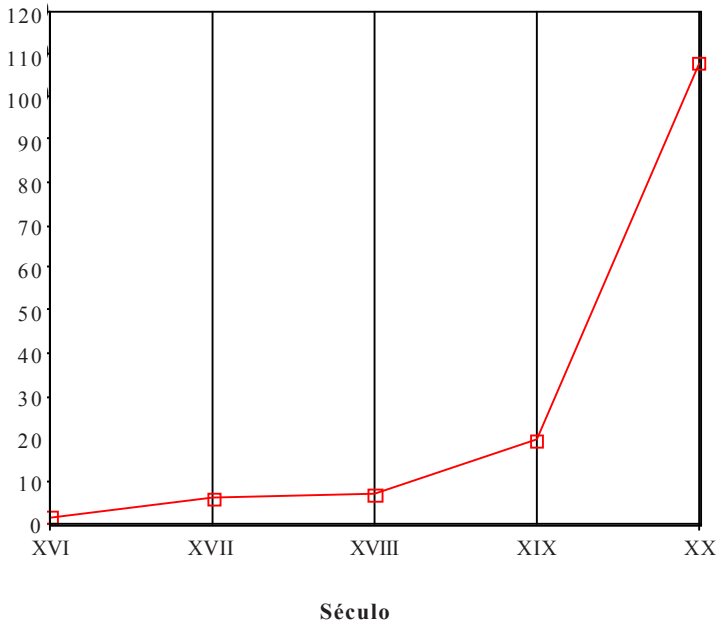
Mas, se o século XX é o do paroxismo da violência bélica, é também o de um crescimento económico sem precedentes, acompanhado por um também sem precedentes consumo (e desperdício) dos recursos naturais. Num mundo que caminha para uma urbanização acelerada² das condições humanas de existência (cf. Soczka, 2005) esquecemo-nos facilmente que uma larga parte da Humanidade vive sob a ameaça da raridade e escassez de recursos alimentares e energéticos essenciais para a sua sobrevivência.

¹ No início do século XX, 10% dos mortos nas guerras eram civis. No final do século XX, os civis constituíam 90% do número de vítimas mortais das guerras (Sémelin, 2005).

² Urbanização global, mas em que 32% dos urbanistas vivem em condições degradadas e degradantes (WWI State of the World, 2005).

Número de vítimas mortais em conflitos bélicos nos séculos XVI a XX
(milhões)

[FIGURA N.º 1]



Em 1972, um vasto grupo de cientistas britânicos de primeira linha publicou um relatório assustador mas ignorado ou desvalorizado (uma *verdade inconveniente*, como diria Al Gore, 2006) pela maior parte do público e dos decisores económicos e políticos: o famoso *Blueprint for Survival* (*The Ecologist*, 1972). O clima social nos países ocidentais era de franco optimismo historial, pesassem ainda as ameaças inerentes à guerra fria num mundo percebido pelas populações mesmo assim como muito mais seguro do que o actual, dado que a questão da segurança estava principalmente referida à segurança militar num mundo em equilíbrio táctico ente dois blocos político-militares que sabiam que ultrapassar certos limites no antagonismo recíproco seria um acto suicida (UNDP, 2005; Renner, 1996; Rummel, 1987). Mas nada indicava ainda na vida quotidiana dos ocidentais a sucessão de abalos sísmicos das suas economias, iniciada um ano depois com o primeiro choque petrolífero de 1973, a que outros se seguiram e seguirão até se encontrar substituto viável para os combustíveis fósseis, como o petróleo. No entanto, quer no *Blueprint*, quer no subsequente relatório do Clube de Roma (Meadows e Meadows, 1974), anunciava-se já claramente o fim do mundo tal como muitos ocidentais o tinham conhecido e vivido. A aparente época de abundância dos países ocidentais estaria a chegar ao princípio do

seu fim, mas nada fazia duvidar de que o crescimento económico duraria para sempre e que o modelo de crescimento defendido poderia ser insustentável. Em 2003 procedeu-se a uma revisão dos modelos matemáticos que trinta anos antes serviam de base para as simulações e previsões do relatório do Clube de Roma (Meadows, Randers e Meadows, 2003). Foram reelaborados os modelos de previsão da evolução do estado do mundo para o século XXI, mas todos apontaram para a insustentabilidade de um crescimento exponencial da população e do consumo de recursos naturais não renováveis, sublinhando a urgência de medidas de correcção do estado das coisas sob pena de colapso mundial do sistema. Num mundo finito nenhum crescimento infinito é possível, pese a fome de poder e a ganância económica quase infinitas e o oportunismo político de alguns, que, mesmo que o saibam, não lhes convém dizer o que sabem (cf. Krautkraemer, 2005).

Num mundo globalizado que compete por recursos cada vez mais escassos e economicamente valiosos tornam-se cada vez mais agudos os conflitos de interesses em torno desses recursos (Klare, 2001), às escalas locais, regionais e internacionais, muitas vezes desembocando em acções violentas de gravíssimas consequências. Movida pelos apetites das grandes potências económicas, encorajada local e regionalmente pela ganância dos poderes locais e dos senhores da guerra que exploram em seu proveito antagonismos étnicos/tribais e a xenofobia em detrimento do bem-estar das populações que governam ou controlam pela força das armas, a competição agressiva pelos recursos conduz cada vez mais a guerras civis (Angola e os seus diamantes e petróleo; a Libéria e as suas madeiras e diamantes) e genocídios (o Congo e o coltan³; a posse da terra arável subjacente aos massacres no Ruanda, exponenciados por ódios tribais ancestrais; o altamente cobiçado petróleo do Iraque, que em vinte anos conduziu a duas guerras e invasões em nome de valores como a liberdade e a democracia), sendo nos últimos anos assinaláveis dezenas de conflitos sangrentos. Onde como pano de fundo estão a cobiça e o desejo de controlo dos recursos naturais. Tornam-se cada vez mais graves os conflitos em torno desses recursos, quase todos eles apresentados para consumo público como essenciais para a defesa de liberdades, direitos, valores. A violência catalisada pela escassez de recursos é mais frequentemente interna aos países em causa e movida por interesses de facções locais que podem configurar-se com delimitações étnicas, religiosas ou culturais eventualmente trajadas de ideologias ou mesmo mais descaradamente nem sequer apresentar argumentos, menos frequentemente assumindo carácter internacional. Se os conflitos que assumem dimensões internacionais tantas vezes giram na órbita de interesses orientados para o controlo de recursos não renováveis que tendem para a escassez (de que o exemplo mais flagrante é o dos combustíveis fósseis), também acompanham todo o

percurso histórico do homem as disputas em torno do controlo de recursos renováveis, como solos aráveis, recursos florestais e recursos hídricos, sendo certo que as actuais práticas generalizadas de abuso dos ecossistemas incrementam esses conflitos (Baechler, 1998; Bannoin e Colier, 2003; Maxwell, 2000; Reuveny e Maxwell, 2001; UNDP, 2005).

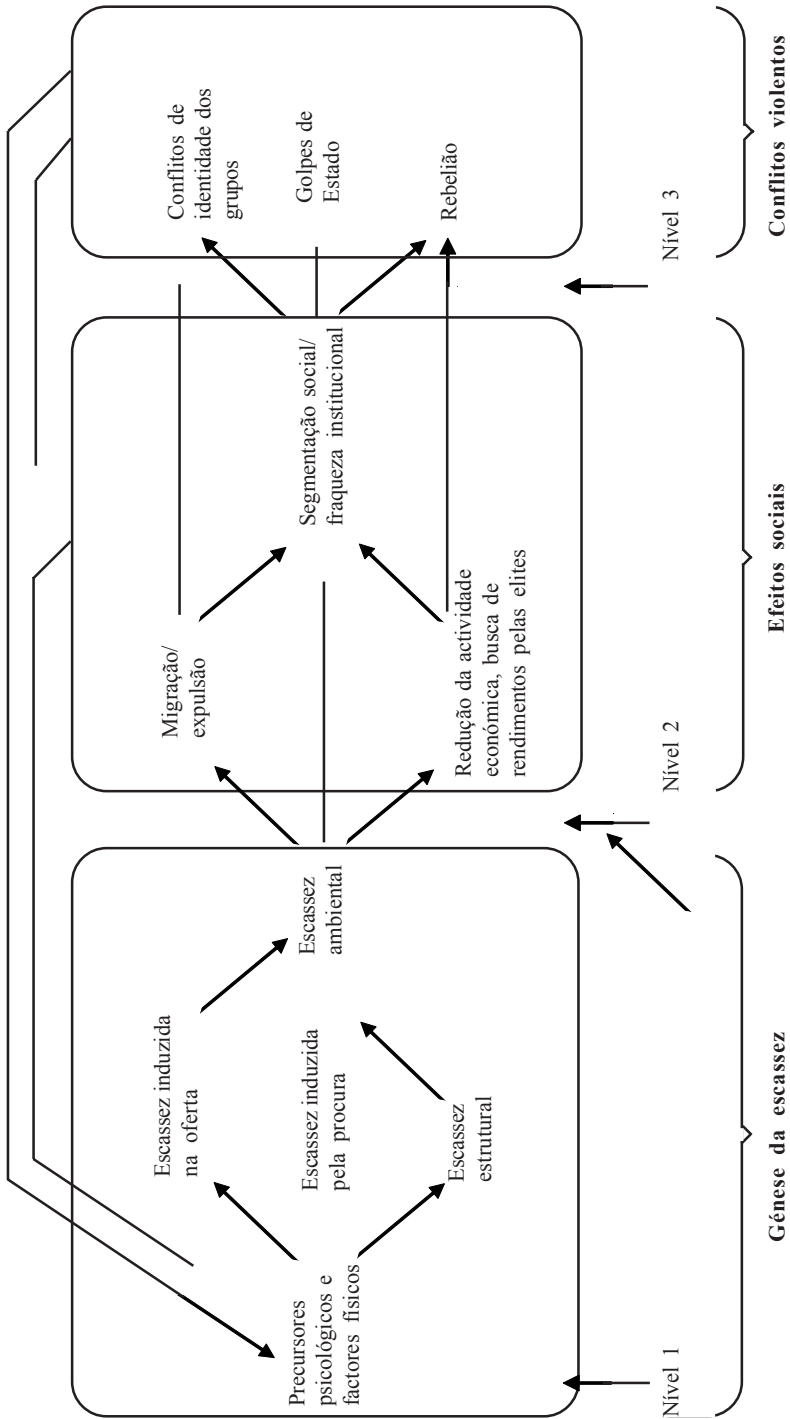
Desde 1980 morreram mais de 3 milhões de pessoas em conflitos armados, quase todos ocorridos em países subdesenvolvidos e muito pobres, mas com vastas e riquíssimas reservas de recursos minerais e florestais, o que levou alguns analistas a falarem da «maldição dos recursos» (Ross, 2001 e 2003). Desde 1990, em 90% dos países entre os dez com mais baixo HDI⁴ verificaram-se conflitos armados): «Na era posterior à guerra fria, os rendimentos derivados dos recursos naturais substituíram-se ao financiamento pelas superpotências enquanto combustível para o desencadear da guerra e entre 1990 e 2002 verificaram-se pelo menos 17 conflitos em que a riqueza em produtos naturais foi o principal factor» (UNDP, 2005; Renner, 2002; Ross, 2001; Klare, 2001).

A delapidação planetária parece imparável. Não apenas catástrofes naturais, como cheias, secas, terramotos, erupções vulcânicas ou tsunamis, levam ao deslocamento em massa de milhões de pessoas. Também desastres ecológicos artificiais, ou seja, causados pela acção humana, levaram a que as Nações Unidas e o seu Alto Comissariado para os Refugiados comessem a equacionar a necessidade de rever o próprio conceito de refugiado e se fale hoje em «refugiados ambientais» para incluir pessoas que escapam não apenas a situações políticas ou bélicas, mas a condições ambientais insustentáveis muitas vezes exclusivamente fruto de acções e decisões humanas⁵. Ao contrário de pessoas que por razões políticas procuram abrigo noutros países (o conceito tradicional de refugiado), esses são os «desalojados internos» (UNEP, 2005; UNHCR, 2006). Por sua vez, essas migrações em massa para escapar a condições ambientais insustentáveis vão gerar novos desequilíbrios ambientais e conflitos sociais nos novos locais de acolhimento, onde os recém-chegados são olhados como estranhos ameaçadores para a segurança, estabilidade e até sobrevivência dos residentes, que tantas vezes também não dispõem dos recursos necessários para sustentar a avalanche de recém-vindos (UNHCR, 2006).

⁴ HDI — *human development index*, índice de desenvolvimento utilizado pelas Nações Unidas, que integra ponderadamente a esperança de vida à nascença, os níveis de educação e o produto interno bruto (cf. UNDP, 2005).

⁵ A Federação da Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho calculam em 25 milhões o total de pessoas hoje desalojadas em virtude de catástrofes e alterações ambientais (Cruz Vermelha e Crescente Vermelho, 2001). O Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) sugeriu que em 2050 esse número atingirá os 150 milhões. Um aumento global de 2.°C devido ao efeito de estufa provocará a submersão de zonas costeiras, que, a verificar-se, desalojará 100 milhões de pessoas.

Modelo dos caminhos da escassez para a violência (Hommer-Dixon, 1999)



A ÁGUA, FONTE DE CONFLITOS

O *whisky* serve para beber. A água serve para andar à porrada.

MARK TWAIN

For Israel, water is no luxury, not even merely a highly desirable and useful addition to our system of natural resources.

Water for us is life itself. It is food for the people and not food alone. Without large scale irrigation projects we shall not achieve high productivity, balancing the economy or economic independence. For without irrigation we shall not at all produce a worthy agriculture under our special circumstances, and without agriculture particularly highly developed and progressive agriculture shall not be a people rooted in the land, secure in its existence, stable in its character, in control of all the possibilities of material and spiritual creation inherent in it and which this country can open before it.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE ISRAEL, 1953

Sem o petróleo vive-se pior ou diferentemente, mas vive-se. Sem água doce não. O acesso à água doce foi sempre um foco de tensões e conflitos ao longo de toda a história da Humanidade, mas nos nossos dias reveste-se de uma importância sem paralelo e gera inúmeros conflitos locais e internacionais, quando não guerras entre Estados (Darwish, 1994; Ohlsson, 1996; McDonald e Jehl, 2003).

Num planeta cuja superfície está coberta em mais de dois terços por água, perto de 97% dessa água é salgada. Sobram 2,5% de água doce, da qual 70% se encontram gelados nos topos polares e em glaciares, cujo degelo seria uma catástrofe global. Menos de 1% da água doce está diretamente acessível ao homem, quer nos lagos, barragens ou rios, quer em aquíferos fósseis não renováveis, e uma parte imensa da Humanidade debate-se com falta de água não só para a agricultura, mas também para o imprescindível consumo pessoal. Existem 6,6 mil milhões de pessoas na Terra e em 2025 seremos 8 mil milhões. Quase metade vive da terra em economia de subsistência e come o que cultiva, mas sem água não cultiva e não come, a não ser o que os auxílios internacionais lhe enviem, e se alguma vez lá chegarem, dada a apropriação desses bens por funcionários corruptos e agentes estatais não menos corruptos (Dupuis-Dannon, 2005). O relatório das Nações Unidas apresentado ao Fórum de Quioto estimava em 2 a 7 mil milhões o número de pessoas que se encontrarão com graves dificuldades de acesso à água potável em meados do século XXI (UNWWDR, 2003). No

caso da água, base de toda a vida neste planeta, não basta falar da quantidade de água disponível. A sua qualidade é também um factor de primordial importância, pois, se a água é fonte de vida, pode também ser caminho para a doença, enquanto veículo de transporte de matérias orgânicas e inorgânicas patogénicas: correntemente, mais de 2 mil milhões de pessoas (um terço da Humanidade) não têm acesso a água tratada e segura para o consumo humano (UNWWDR, 2005). Na Ásia, embora seja um continente em que a água é abundante, 80% da população não tem acesso a água em boas condições de salubridade.

Os casos do Norte de África e do Médio Oriente são particularmente sensíveis. São regiões que cronicamente lidam com grande escassez de água, quer para consumo pessoal, para a agricultura ou a indústria, os seus principais destinos. Nos países do Norte de África, limitados a sul por um gigantesco deserto, o Sara, e a norte por um mar salgado, o Mediterrâneo, essa escassez agrava-se com o desenvolvimento sócio-económico e com o seu acelerado crescimento populacional, factores que fazem aumentar a procura desse bem escasso até ao limite da insustentabilidade. A oferta de água doce *per capita* é de 200 a 1600 m³/ano, muito aquém da média mundial (Abufayed *et al.*, 2002)⁶ e do limiar de 1000 m³/ano *per capita* aceite para que não se verifique *stress* do sistema derivado da escassez de água (UNEP, 2006). Salvo se se recorrer à dessalinização das águas captadas no Mediterrâneo, o que nem todos os países têm capacidade económica para fazer, o Magrebe enfrenta o desastre ecológico nos anos vindouros ou o recurso à migração maciça para a Europa (o que já vão tentando fazer clandestinamente milhares de magrebinos e subsarianos todos os dias através das Canárias ou de Lampedusa, na Sicília), levantando problemas gravíssimos, que só poderão incrementar as posturas defensivas e xenófobas num continente que não poderá acolher os 145 milhões de norte-africanos como refugiados ambientais e muito menos os 215 milhões que existirão em 2025. Neste cenário estarão reunidas as condições sociais e psico-sociais que conduzem à violência no modelo da escola de Toronto (cf. figura n.º 2, Homer-Dixon, 1999). A situação agrava-se no Médio Oriente, certamente hoje a região mais insegura da Terra e que no século xx já foi palco de violentos conflitos em torno do controlo de solos e da água entre Israel e os seus vizinhos, e eles entre si, tal como a Jordânia e a luta pela água da bacia do rio Jordão, o Egipto e os acessos ao Nilo, a Turquia e o Iraque pela água da bacia do Tigre, as dissensões entre a Síria e o Iraque em torno da água do Eufrates. Em Gaza, que não dispõe de rios permanentes e está

⁶ Na Europa é de 1250 m³/ano/*per capita* e no continente norte e centro-americano de 1850 m³/ano *per capita*.

completamente dependente dos aquíferos e das escassas chuvas que, em média, atingem os 300 mm/ano, calcula-se a oferta de água doce em 100 m³/ano *per capita*⁷; na Palestina, em geral, 82 m³/ano *per capita*, muito graças ao sobrecrecimento populacional e à acção da vizinha Israel, que também luta, literalmente, contra a escassez de água (370 m³/ano *per capita*), e muitos dos conflitos entre Israel e os seus vizinhos respeitam à sua grande importância estratégica para Israel de Gaza e da Margem Ocidental, nomeadamente o controlo do acesso à água, que, como já em 1953 afirmava o Ministério do Negócios Estrangeiros israelita com toda a clareza, é para Israel sinónimo de vida. Em muitas zonas da Palestina, ao contrário de Israel, a água está racionada e nos meses de Verão só há água durante algumas horas por dia, um padrão que também se verifica noutros países da bacia do Jordão: em Amã, na Jordânia, a água corrente só está disponível em algumas horas por semana (Libiszewski, 1995). Os aquíferos da Palestina são estratégicos para a sobrevivência de Israel. Os recursos hídricos de Gaza estão quase esgotados devido à sua sobreexploração, contaminados com produtos químicos e infiltrados pela água salgada de uma forma que põe em sério risco a saúde de quase milhão e meio de palestinianos aí residentes (a hipertensão arterial derivada não só das condições psico-sociais, como da ingestão excessiva de sal, é uma das patologias com maior prevalência em Gaza). Essa água é em grande parte inaplicável na agricultura, que serve de subsistência à população. Com um crescimento populacional que nos anos 80 e 90 rondou os 5%/ano, e em algumas zonas de Gaza 13%, e com as fronteiras fechadas por Israel por razões de segurança, os habitantes de Gaza estão numa situação limite, são refugiados ambientais na sua própria terra, donde não podem sair. A água potável necessária à sua sobrevivência foi fornecida cuidadosamente pela potência ocupante desde 1967, e mesmo assim dez vezes menos do que a que Israel fornecia aos colonatos israelitas agora desmantelados. Os carenciados palestinianos de Gaza assistiram durante décadas à delapidação dos seus recursos e ao desvio de muitos milhões de dólares e euros doados para o seu auxílio, desvio perpetrado pela própria Autoridade Palestiniana, que era suposto zelar pelos seus interesses (Kelly e Homer-Dixon, 1998; Dupuis-Dannon, 2005), e que levou à sua derrota eleitoral e à ascensão ao poder dos radicais islâmicos do Hamas, embora a Fatah, que secundava a AP, tivesse no passado maior receptividade em Gaza. A água disponível está muito abaixo dos 100 litros/dia *per capita*, enquanto os seus vizinhos

⁷ Com uma infiltração de 47 milhões de m³ das águas das chuvas e 20 milhões de m³ de contribuição de águas subterrâneas (CEE, 1993), e não dispondo de rios, em Gaza o consumo de água está 50% a 100% acima das capacidades naturais de reposição das reservas (Libiszewski, 1995).

israelitas dispõem de 400 litros/dia *per capita* e mesmo 800 litros/dia *per capita* nos colonatos, explorando a maioria da água do grande aquífero ocidental, limitando os palestinos a meros 6% (22 milhões de m³/ano). Do aquífero de Nordeste, Israel retira 71% da água, reservando 28% para os palestinos, que dispunham da totalidade do usufruto do aquífero até à ocupação israelita em 1967. Quanto aos *wadis*, ribeiros e poços locais, 80% são impróprios para consumo, os palestinos estão interditos de abrir mais, a sua água não é adequada, está poluída com nitratos tóxicos e não é tratada, está contaminada por agentes microbianos e salinizada (650-3000 ppm)⁸, infecções gastrointestinais (das patologias mais prevalentes em Gaza) e consequentes diarreias muito perigosas⁹ decorrem da sua ingestão, e os palestinos já gastam 20% do seu magro orçamento para comprar o precioso líquido à companhia das águas israelita¹⁰ (para os colonatos ela é subsidiada pelo Estado de Israel). Claro que Israel responde que não só cumpriu com o estabelecido nos acordos de Oslo, como até fornece aos palestinos mais água do que o acordado e não tem culpa de que eles enveredem por um caminho de crescimento populacional descontrolado (mais de 50% da população de Gaza tem menos de 15 anos), agravando as suas condições de pobreza e dependência dos recursos escassos, mas também vitais para Israel. Se hoje são 1,4 milhões, em 2015 os residentes em Gaza serão 2,5 milhões, tornando Gaza a zona com maior densidade populacional da Terra: 5800 pessoas por km². Nestas condições, será inevitável o esgotamento dos recursos hídricos, e a salinização do aquífero costeiro tornará as suas reservas inaproveitáveis quer para usos agrícolas, quer para consumo humano. Os palestinos precisarão ainda de mais água de Israel, que também depende dela para sobreviver, e para muitos a guerra e a violência serão cada vez mais a saída vislumbrada nessa estrada. Isto reúne as condições de acúmulo que, somadas às racionalizações ideológico-religiosas que logo surgem à boca do palco, levam à agudização dos conflitos e ao ciclo de violência explosiva que se sabe não só entre palestinos e Israel, mas entre os próprios palestinos, à beira da guerra civil, ciclo representado na figura n.º 3. A limitação drástica das opções e da liberdade e

⁸ O padrão para a água potável para consumo humano é de 500 ppm, acima de 1000 ppm é considerada água salina. A salinidade da água do mar é de 35 000 ppm (35 g por litro), portanto imprópria para consumo humano, sendo recomendável que não se exceda o consumo de mais de 10 g diários de sal, no caso de pessoas saudáveis.

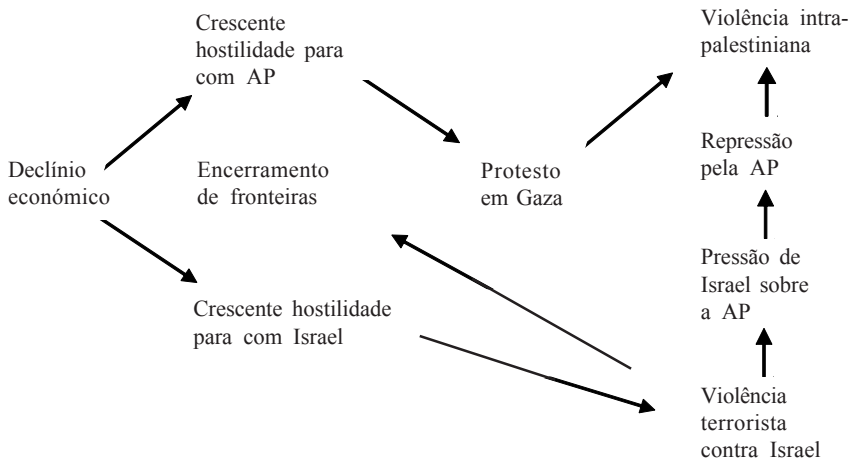
⁹ Segundo os dados da OMS, morrem anualmente perto de 2 milhões de pessoas devido a doenças diarreicas, incluindo a cólera, 80% das quais devido a águas sem tratamento.

¹⁰ Mekorot, companhia nacional das águas israelita, que, segundo o artigo 40.º do Acordo de Oslo, vende água às vilas e cidades palestinas.

a injustiça quotidianamente percebida por essas pessoas conduzem-nos a considerar o papel dos processos de reactância psicológica (Brehm, 1966) em todo este ciclo e a analisar o processo em patamares da «escadaria para o terrorismo» (Mohggadam, 2005). Gaza é um caso paradigmático de limitação das liberdades e de pressões ecológicas que retroactuam entre si, gerando um movimento helicoidal de violência.

O ciclo de ecoviolência em Gaza (Kelly e Homer-Dixon, 1998)

[FIGURA N.º 3]



AS RAÍZES DA ECOVIOLÊNCIA EXPLOSIVA, OS DOXEMAS, AS TEORIAS DO EIXO-DO-MAL E OS MANDATOS MORAIS, OU: «É A ECONOMIA, ESTÚPIDO»

Estados como estes, e os seus aliados terroristas, constituem um «eixo-do-mal» que ameaça todas as pessoas do mundo. Ao procurarem armas de destruição maciça, esses regimes constituem um grave e crescente perigo. Podiam fornecer essas armas aos terroristas, dando-lhes os meios para cumprirem com o seu ódio. Podiam atacar os nossos aliados, ou tentar chantagear os Estados Unidos. De qualquer forma, o preço da indiferença seria catastrófico.

Os caminhos deste conflito não são conhecidos, mas o seu fim é certo. A liberdade e o medo, a justiça e a crueldade, sempre estiveram em guerra, e nós sabemos que Deus não é neutral nesta matéria.

GEORGE W. BUSH, 20-9-2001 e 27-9-2002

Todos estes crimes e pecados cometidos pelos americanos são uma clara declaração de guerra a Deus, às suas mensagens e aos muçulmanos. E todos os teólogos concordaram ao longo de toda a história do islão que a *jihad* é um dever individual de cada muçulmano se um inimigo atacar os países muçulmanos. Isso foi revelado pelo imã Bin-Qadaman em *Al-Mughni*, pelo imã al-Kiisa em *Al-Bada'i*, por al-Quturbi na sua interpretação e pelo sheik de todo o islão nos seus livros quando disse: «Quanto ao combate militante, visa defender a santidade e a religião, e é um dever como acordado. Nada é mais sagrado do que crer, excepto repelir um inimigo que ataca a religião e a vida.»

Assim, e obedecendo à vontade de Deus, proclamamos a seguinte *fatwah* para todos os muçulmanos:

Matar todos os americanos e os seus aliados — tanto os civis como os militares — é um dever individual para todos os muçulmanos que o possam fazer, e em todos os países em que o possam fazer, a fim de libertar a mesquita de al-Aqsa e a sagrada mesquita das suas garras, e para que os seus exércitos retirem de todas as terras do islão, derrotados e incapazes de ameaçar qualquer muçulmano. Isto está de acordo com as palavras de Deus todo-poderoso: «combatei todos os pagãos tal como eles vos combatem» e «combatei-os até que haja paz, acabe a opressão e prevaleça a fê em Deus».

OSAMA BIN-LADEN, *fatwah* de 23-2-1998

«É a economia, estúpido!»

BILL CLINTON, na campanha presidencial vs. George Bush senior, 1992

[FIGURA N.º 4]



A resposta à violência ambiental, que pode ser vivida e percebida como extrema, pode ela também ser extrema (cf. figura n.º 3) e atingir o último patamar da «escadaria para o terrorismo», nos cinco degraus a que se refere Moghaddam (2004 e 2005). O que coloca seriamente a questão do que é a construção social do terrorismo (Harré, 2004). Os terroristas, para uns, são resistentes e, para outros, libertadores. A leitura e as representações sociais da violência são função da posição social do leitor. Ao contrário do que o senso comum acredita, a ciência não se baseia em factos brutos, pois, se assim fosse, as pedras da calçada tinham todas um prémio Nobel. Um facto é um acontecimento interpretado, tal como um acto é uma acção interpretada. O mesmo para a violência e o terrorismo. Na história do século XX, movimentos terroristas que nasceram de disputas territoriais, em que o que estava em jogo era o controlo político-económico de territórios, são dados como exemplos de sucesso, como a resistência argelina contra o colonialismo francês e a resistência sionista contra o colonialismo britânico, as revoltas africanas contra o colonialismo português. Todas alcançaram os seus objectivos, levaram os seus oponentes a ceder e deram origem a novos Estados independentes, sendo consideradas exemplos recentes de «terrorismo bem sucedido» (Crenshaw, 2001). No entanto, verifica-se um abuso da palavra «terrorismo» por razões políticas. Retórica que busca efeitos psicológicos mobilizadores junto dos seus públicos. A categorização dos oponentes como terroristas tem também a função de os demonizar e fundamentar a recusa de saídas não bélicas para os conflitos. Não se fazem pactos com os demónios, não se negocia com terroristas. O mal é excomungado, o que é uma forma de reafirmar projectivamente que está fora de nós, não somos nós, são os outros. Quando, em 2006, o Hezbollah raptou dois soldados israelitas, os governos de Israel e dos EUA categorizaram imediatamente isso como um acto terrorista executado por uma organização terrorista, mas considerada uma milícia que lutava contra um exército invasor pela maioria do mundo árabe. No entanto, quando Israel, em resposta desmesurada, bombardeou cidades indefesas e matou ou mutilou milhares de civis libaneses, na sua maioria crianças, chamou-lhe um acto de legítima defesa contra o terrorismo, designando-o por raids aéreos, legitimados pela qualidade terrorista do opositor — usando para a sua legitimação o mais rudimentar dos equilíbrios de Heider, o equilíbrio de um grafo triangular (cf. Soczka, 2001). O conteúdo semântico equívoco da expressão «terrorismo» está patente na dificuldade de as próprias Nações Unidas em dela darem uma definição precisa e delimitarem os seus contornos jurídicos. Trata-se de uma questão fundamentalmente política e ideológica de impossível contorno objectivo e cuja definição é há décadas objecto de controvérsia internacional. Por exemplo, se se tomar como ponto de partida, como consideram autoridades das Nações Unidas e de direito internacional, que um acto terrorista implica usar a violência contra grupos-alvo constituídos por civis, não beligerantes, com vista a por esse meio exercer coacção extrema para obter vantagens ou atingir

objectivos políticos, isso configura-se como crime de guerra em tempo de paz. Mas muitas das acções executadas por forças militares contra civis em tempo de guerra também podem ser consideradas crimes de guerra e muito próximas do que noutros contextos seria categorizado como actos terroristas. Nesse sentido, o pináculo dos crimes de guerra com meios que podem ser considerados terroristas nos seus métodos, mas legitimados, foi atingido pelas forças americanas e britânicas em 14 de Fevereiro de 1945, quando largaram 1182 toneladas de bombas incendiárias vinte e quatro horas depois de terem largado 1478 toneladas de bombas altamente explosivas sobre a indefesa e não militarizada cidade alemã de Dresden, destruindo-a completamente e matando em várias vagas de assalto 300 000 civis. Mais do que os que morreram em Hiroxima e Nagasáqui por acção das bombas atómicas. Sendo um acto intencional e parte de um plano estabelecido pelos altos comandos aliados, com a participação do próprio Winston Churchill, para, através do bombardeamento intensivo das *idades* alemãs (*Operação Thunderclap*), quebrar o moral do inimigo, atacando maciçamente as suas populações *civis* e infra-estruturas urbanas, e sendo operado em tempo de guerra por forças armadas, chamou-se-lhe um raide aéreo, não um acto terrorista. Embora os alvos fossem os civis, e não os militares oponentes, o que configura a própria definição de terrorismo e de crime de guerra hoje internacionalmente mais aceite.

A categorização do oponente como «terrorista» é por si um sinal político que legitima a não negociação de soluções para os problemas, e vêem-se as reacções psicológicas quando alguém abre brechas na muralha das intransigências: a negociação destes conflitos derruba a barreira da *demonização do outro* e infringe a regra básica da *deslegitimização* do oponente, «não se negocia com terroristas». E quando se negocia surge sempre alguém a invocar o mais básico e tosco e matematicamente unidimensional *equilíbrio de Heider* (Soczka, 2001): *se falas com o meu inimigo, estás do lado dele*. O inimigo é um animal de estimação (Volkan, 1988). Não é difícil reconhecer o modelo da «escadaria» acima referido e os elementos paranóides subjacentes a visões do mundo maniqueístas e às teorias do eixo-do-mal nelas contidas, mas, mesmo que muitas das suas componentes sejam delirantes, isso não as torna menos perniciosas ou mesmo, para usar a expressão de Eidelson e Eidelson (2003), perigosas. Nas teorias do eixo-do-mal há muito mais do que posições paranóides, embora esse seja um resultado que pode ser obtido junto de uma parte considerável da opinião pública a quem o medo é injectado. Mas há um *não dito* que não é o *não dito* de Lacan. É um *não dito* intencional e tático. O que não é *dito* é que o Iraque (que por si só detém 11% das reservas mundiais de petróleo, 130 a 200 mil milhões de barris de petróleo de alta qualidade, e 110 a 150 mil milhões de milhões de m³ de gás natural) (cf. US CRS, 2005) estava a ponto de mudar a sua moeda de referência para o pagamento do petróleo, do dólar para o euro, o que havia já anunciado em Novembro de 2000 (Heinberg, 2004). A Venezuela, a Malásia, a OPEP, no seu todo, iam por esse caminho. Seria muito mau para a economia americana e

a derrocada da sua posição hegemónica. A previsível invasão do Iraque teve como resultado imediato que o dólar voltou a ser a sua moeda de referência. *Isso é o não dito*. Uma manipulação dos antagonismos intergrupais prévios para ser assegurado o controlo dos recursos naturais.

Se se tomarem em atenção os cinco pontos apresentados na teoria da «escadaria», reconhecemos aí também muito do que é veiculado nos discursos dos intervenientes nos conflitos israelo-árabes. Mas não seria o mais adequado usar categorias da psicopatologia individual para avaliar formas de violência que são sobretudo políticas e de carácter sócio-cultural, como já em 1980 concluía o painel da UNESCO sobre as causas da violência (UNESCO, 1980), e que nos remetem antes para uma *ecologia da violência intergrupos*.

Nos casos extremos está-se amiúde perante ortodoxias religiosas ou ideológicas sustentadas em *doxemas* inamovíveis (Déconchy, 1971) que fundamentam a sua própria identidade e não abrem portas a processos de negociação rumo a uma acção transformadora, sob pena de se destruírem a si mesmas. É para esse sentido de elementos cognitivo-emocionais axiomáticos irredutíveis que deslocaremos o conceito de *doxema* de Déconchy. Ora as proposições lógicas elaboradas a partir desses elementos doxemáticos são infalsificáveis dentro do mesmo sistema doxemático, e daí a irredutibilidade do pensamento ortodoxo se a sua doxemática não for substituída por outro critério que lhe seja externo, o que implica transformações cognitivo-emocionais e a sua imunidade a qualquer argumentação racional se as doxemáticas das posições antagónicas forem divergentes. «X» fala de alhos e «Y» de bugalhos e daí nenhum sai. Não é possível diálogo argumentativo acerca da verdade ou falsidade das respectivas proposições sem contrafactualidade. Ambos partem, nos seus sistemas de crenças, de proposições que não são falsificáveis, os seus doxemas. Essa é uma fragilidade do modelo em «escadaria para o terrorismo» de Moghaddam, que aponta como saída para não se atingir o último degrau o diálogo e a negociação logo a partir do primeiro.

São crenças doxemáticas inamovíveis, marcadas por uma irresolúvel circularidade tautológica. Estamos perante o que Bouhana e Bar-Tal (1998) designaram por *conflitos intratáveis*. Nas ortodoxias atingem-se muitas vezes os limiares da intolerância total das diferenças, constituindo-se os doxemas como os construtos de base de toda uma arquitectura conceptual sem plasticidade, e ir para montante desses doxemas é correr o risco de fazer ruir toda a pirâmide de construtos supra-ordenados onde assentam a integridade e a coerência cognitivo-emocional do *self*, no exacto sentido da teoria dos construtos de George Kelly (1955). Recuar para lá desses doxemas constitui para o sujeito uma ameaça de ruína de todo esse seu edifício cognitivo-emocional, em cujas fundações estão as suas crenças mais enraizadas (Hoffer, 1951), é, literalmente, uma ameaça de despersonalização e de loucura dissociativa, porque nos limiares últimos das dissonâncias cognitivas não estão só cognições sem impactos emocionais dessas dissonâncias. E isso não é um desafio que o sujeito possa, sem mais e voluntariamente, aceitar sem as maiores

resistências à mudança. Nos casos dos grupos depara-se, *ipso facto*, com a questão da manutenção das suas identidades, que exercem assim as pressões necessárias para permanecerem intactas, e a intolerância às heterodoxias de normas ou crenças é por excelência o terreno onde isso se verifica. A teoria dos construtos de Kelly (1955), nos seus corolários *K* (corolário da comunalidade) e *J* (corolário da socialidade), abre as janelas que permitem ancorar a arquitectura de construtos de cada sujeito na dimensão grupal, permitindo o vaivém entre a estrutura de construções do grupo e a estrutura das construções pessoais (Soczka, 1988). A arquitectura de construtos comuns a um grupo constitui a estrutura co-construída das suas crenças e visões do mundo de grupo, sendo essa consciência partilhada da comunalidade das crenças um elemento fundamental para a existência do grupo enquanto grupo. Os estereótipos subjacentes à desumanização e deslegitimação do grupo externo (Bar-Tal, 1989) são construídos muito precocemente nesses caldos culturais, estruturando preconceitos (Aboud, 1988). Estudos realizados pela Universidade de Telavive analisam as imagens de árabes e judeus em crianças e adolescentes (Bar-Tal, 1996; Teichman, 2001; Bar-Tal e Teichman, 2004), atribuindo as crianças dos grupos dominantes características positivas aos membros do seu grupo e negativas aos do *out-group* num processo de categorização e formação de preconceitos que começa a desenvolver-se numa fase precoce da ontogénese. A categorização étnica estereotipada aparece já em crianças israelitas de 3 anos (Bar-Tal, 1996), começando a diluir-se apenas ao aproximarem-se da adolescência a atingirem-na (Kaminsky, 1989; Teichman, 2001), ou seja, quando a emancipação da moral heteronómica (Piaget, 1963) e o segundo processo de individuação-separação, que permite a construção da identidade autónoma, começam a desenhar-se mediante o segundo sistema de socialização (sistema pares-pares). No vaivém dos estereótipos, as acções violentas, quer de palestinianos, quer de israelitas, ajudam a enrijar estereótipos de «árabe» e «judeu» que mascaram os matizes das diferenças culturais e das identidades colectivas em ambos os povos (Friedman, Friedlander e Blustein, 2005; Bar-Tal e Teichman, 2004) e a multidimensionalidade das identidades sociais, dado que, obviamente, nem todos os muçulmanos são árabes, nem todos os árabes são muçulmanos, nem todos os muçulmanos são fundamentalistas islâmicos, nem todos os israelitas são judeus sionistas, nem todos os judeus são israelitas, nem todos os judeus concordam com as posições ideológico-políticas dos governos de Israel no contexto dos conflitos israelo-árabes.

É justamente no domínio dos doxemas de grupo que se pode intentar a abordagem psico-social das crenças radicais e dos comportamentos derivados, eventualmente terroristas¹¹, em grupos que têm a destruição total do

¹¹ Para efeitos deste trabalho, e tentando escapar à polémica que envolve o conceito, assumiremos o conceito na sua aceção mais correntemente aceite pelas próprias Nações Unidas, a de «actos de violência cometidos contra grupos não beligerantes com o objectivo de serem obtidos resultados políticos através da coacção resultante».

grupo oponente por objectivo e não olham a meios para atingirem esse fim. Com uma dificuldade acrescida: a de ninguém se entender acerca do que o conceito de terrorismo significa, embora, obviamente, seja empiricamente abordável o campo das suas representações sociais e da construção social das identidades dos grupos em conflito. Para lá desses campos subjectivos, é o reino da confusão e da construção social variável e nada objectiva de um conceito que tem muito de político e ideológico, sem sequer apresentar balizas legais consensuais, já que cada Estado apresenta a sua definição jurídica de terrorismo. Por exemplo, na perspectiva do FBI¹² inclui-se a palavra «ilegal» na sua definição do que é uma acção terrorista (o que abrangeria todas a revoluções, que, por definição, não são legais, incluindo a revolução francesa e a própria revolução americana contra o colonialismo britânico no século XVIII, que funda os Estados Unidos). Por isso mesmo, as próprias Nações Unidas não o fazem, como acima se disse. A adopção do elemento de *acção violenta contra grupos não beligerantes orientada para objectivos políticos* é importante. No muito do que se vai escrevendo sobre o problema da violência terrorista, a literatura psicológica abunda em leituras clínicas sobre «a personalidade terrorista», os «impulsos para a violência terrorista», as «motivações dos terroristas», as «perturbações psicopatológicas dos terroristas» e até os «fundamentos biológicos da violência terrorista» (Borum, 2004; Reich, 1998). A verdade é que se fala muito, mas diz-se pouco sobre um assunto de que se sabe quase nada e quem sabe não pode falar. Trata-se de uma nebulosa, e para lá da investigação *a posteriori* numa espécie de autópsia psicológica das acções de violência terrorista e da investigação de terreno junto de populações que vivem nesses contextos sociais (o que fazem investigadores da Universidade de Telavive), pouco mais resta às pessoas das ciências sociais do que a análise das condições e contextos que enquadram as dinâmicas dessa violência e a análise das suas narrativas, como propõe Harré (2004). Trata-se de um problema muito complexo num sistema de multicausalidade (Moghadam, 2005; Ross, 2006) apenas passível de ser lido contextualizadamente (Crenshaw, 2001 e 2006) e cujos catalisadores são problemas económicos e de geopolítica internacional que se prendem com a escassez, controlo e distribuição de recursos vitais, como são os casos da água e o dos combustíveis fósseis do Médio Oriente, que certamente agudizam conflitos intergrupais mais antigos. E é disso paradigmático o violentíssimo conflito entre muçulmanos sunitas e xiitas no Iraque. Ecoviolência que inicialmente foi lida pela potência invasora como um conflito entre saudosistas do deposto regime de Saddam Hussein e a boa população que só queria paz e liberdade, no fundo grata pela oportunidade aberta pela invasão conduzida pelos americanos. A 19 de Março de 2003

¹² FBI 28 Code of Federal Regulations, section 0.85 (http://www.fbi.gov/publications/terror/terror2000_2001.htm). Também diz o FBI nesta sua página: «All of the terrorist incidents that occurred in the United States during calendar year 2000 were carried out by special interest terrorists, specifically animal rights and environmental extremists.»

o Iraque foi invadido. Poucas horas depois o presidente Bush anunciou que tinham dado início «às etapas preliminares das operações militares para desarmar o Iraque, libertar o seu povo e defender o mundo de um grave perigo». Embora a Constituição aprovada em Outubro de 2005 admita a divisão do Iraque em Estados federados com amplas autonomias, foram colocadas grandes resistências à sua efectivação, intensificou-se o conflito entre membros de ambos os grupos, os atentados bombistas, raptos e assassinatos atingiram um paroxismo. Em causa, mas *não dito*, o controlo dos riquíssimos campos petrolíferos, que ficariam entregues a curdos no Norte e a xiitas no Sul e no Leste. Em 5 de Março de 2002 uma ordem judicial de um tribunal americano forçou o Departamento de Comércio dos EUA a tornar públicos os mapas em poder de uma comissão secreta dirigida pelo vice-presidente Dick Cheney, a «Cheney Energy Task Force», com a localização dos campos petrolíferos iraquianos, os maiores nas zonas curda e xiita do Iraque, a norte, a sul e a leste (http://www.judicialwatch.org/printer_iraqi-oil-maps.shtml).

[FIGURA N.º 5]



Uma pergunta frequentemente feita a psicólogos e psiquiatras é como enquadram os terroristas nas categorizações psicopatológicas de referência (preferencialmente a DSM IV-R), quando a resposta não está tanto na psicopatologia (Borum, 2004), mas talvez mais na psicodinâmica dos conflitos (Moses, 1990; Volkan, 1990) e sobretudo na análise ecológica das suas condições objectivas (Homer-Dixon, 1999). Nesse sentido, nem Bin Laden nem os seus émulos, por mais tenebroso que seja o que fazem, são mais ou menos sociopatas do que milhares de heróis de culto de todas as culturas. Em toda a história se repetiu a desumanização do inimigo e das culturas e etnias derrotadas.

É um desfile de abusos etnocêntricos referenciados aos valores do grupo de pertença e baseados na desacreditação (*deslegitimação* ou *desumanização*) dos grupos externos, com funções que não são meramente cognitivas). Particularmente quando um grupo afirma que a razão de ser da sua crença é o facto de Deus (cujo *logos* é por definição indiscutível) lhe ter revelado que era essa a verdade que legitima a crença ou a acção dela decorrente, instituindo-a como doxema. Um caminho oportuno para a prepotência, portanto, é ou saber qual a palavra de Deus, ter um conhecimento privilegiado da palavra divina (Eidelson e Eidelson, 2003), ou então simplesmente dizer como o marquês de Sade: «Deus só diz coisas incompreensíveis; portanto, agora quem fala sou eu» (Sade, 1782). E são ambos excelentes argumentos para legitimar todas as violências e despotismos. No contexto cultural dessas opções radicais encontra-se um mandato moral associado à zanga, à frustração e à revolta (Mullen e Skitka, 2006) perante situações de ecoviolência, como a de Gaza, para quem a *jihad*, por meios terroristas, pode surgir nas leituras dos seus textos sagrados como imperativo moral e religioso *catalisado pelas circunstâncias onde fermenta a ecoviolência*.

É pela via da análise das crenças de grupo e como essas crenças se podem tornar extremistas que os homens das ciências sociais devem orientar as suas pesquisas e para as *condições ecológicas* que catalisam essas acções violentas. Os eventuais curtos-circuitos nos cérebros dos autores de actos de violência terrorista são pouco explicativos de um fenómeno de semelhante magnitude. Foi mais prudente o caminho seguido pelos relatores do simpósio da UNESCO sobre as causas da violência em 1980, ao recusarem a medicalização e psicobiologização do fenómeno, insistindo nas suas vertentes sócio-culturais (Domenach *et al.*, 1980), reiterando essa opção quando, em 2005, o simpósio se repetiu, desta vez incorporando o sistema economia-desenvolvimento-sociedade-ecologia na sua leitura das causas da violência. Todas as teorias dos conflitos intergrupos nos remetem, em última análise, para as múltiplas estratégias para conservar e defender as identidades dos seus membros mediante a conservação das identidades dos seus grupos de

pertença enquanto grupos (Ashmore, Deaux e McLaughlin-Volpe, 2004). Abalar ou em pôr em causa a arquitectura de construtos cognitivo-emocionais que serve de estrutura a essas identidades é uma ameaça à integridade do *self* dos seus membros. As identidades não são apenas formas de os sujeitos se *pensarem si mesmos* e de se *pensarem uns aos outros nas suas inter-relações*, são parte integrante e estruturante da totalidade do *self*, são cognitivo-emocionais. O que significa que não são só formas cognitivas de sentir, são também formas afectivas de conhecer.

A psicologia social deu muita atenção aos processos cognitivos que ampliam e exacerbam as diferenças intergrupos, mas menos a outra que lhe é complementar: o papel das semelhanças entre os grupos que podem subjazer aos conflitos, ou seja, das semelhanças intergrupais como via para a acentuação agonística das diferenças identitárias. Isso corresponde ao significado da expressão «questões bizantinas», um exemplo histórico de como lutas em torno dos poderes políticos e económicos levaram ao cisma da Igreja no século XI, mas figurando em primeiro plano «questões bizantinas» como as da língua usada nos ritos, se era ou não válido o baptismo dos cátaros, se o sinal da cruz se faria da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda ou o uso da cor púrpura nos sapatos dos hierarcas. De tão iguais, os cristãos de Roma e do Oriente só se poderiam diferenciar pela amplificação e racionalização *das pequenas diferenças*¹³, sendo essa diferenciação essencial para a construção das suas identidades e para sublinhar as diferenças entre os iguais que edificavam essas identidades. O mesmo se verificou ao longo de séculos na história, não só nos grandes conflitos e guerras que atravessaram todas as religiões, quezílias locais que podem ter a dimensão do Pátio das Cantigas mas atingir a dimensão da guerra entre liliputianos e blefuscunianos em torno da forma correcta de partir a casca de um ovo cozido, como jocosamente narrava Swift nas *Viagens de Gulliver* e que Volkan (1986) nos recorda a propósito do *narcisismo das pequenas diferenças*.

Encontrando-se esses conflitos não só nem principalmente no que é invocado como emblemas, símbolos e representantes do conflito, mas no controlo de recursos vitais e de poderes políticos em todas as escalas — internacional, regional, nacional ou local. Podia ser que a maneira «correcta» de fazer o sinal da cruz figurasse em primeiro plano na querela que dividia os cristãos de Roma e os de Bizâncio. É óbvio que não foi só isso o que conduziu ao cisma, no meio das lutas entre Roma e Constantinopla estavam as rivalidades pelo controlo do poder, o desejo de domínio de potentados económico-políticos de então e o acesso aos recursos e às rotas comerciais do Mediterrâneo e do Oriente, essenciais para a economia que sustentava esses poderes. As «pequenas diferenças» apontadas por Freud (1930) funcio-

nam nestes casos apenas como «amplificadores culturais» (Mack, 1984) dos conflitos intergrupais (Volkan, 1988) e são independentes das características pessoais dos seus actores.

O NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS

Veja-se que nas passadas setenta luas se formaram dois grupos antagónicos neste Império de Liliput, conhecidos por Tramecksans e Slamecksans, devido aos tacões altos e baixos dos seus sapatos, pelos quais se distinguem entre si. Diz-se, com efeito, que os tacões altos são mais agradáveis para a nossa constituição. Seja como for, Sua Magestade decretou que se devem usar só tacões baixos na administração governamental e em todos os gabinetes da Coroa e pode observar-se que os tacões imperiais de Sua Magestade são pelo menos um drurr mais baixos do que quaisquer na sua corte (um drurr mede aproximadamente um quarto de polegada). A animosidade entre estes dois grupos é tão grande que nem tomam refeições, bebem ou falam uns com os outros.

JONATHAN SWIFT, *As Viagens de Gulliver*, 1746

CONCLUSÃO

Os conflitos gerados na competição pelos crescentemente escassos recursos naturais abrem as portas a guerras, golpes de Estado, genocídios, e isso acontece sobretudo nos países ricos em recursos naturais, mas com baixos índices de desenvolvimento (HDI) e acentuadas carências económicas e sociais. E esses fenómenos estão recobertos por racionalizações ideológicas doxemáticas que exacerbam os conflitos intergrupais. Esses conflitos não se resolvem com *workshops* e grupos de encontro para as pessoas se compreenderem e conhecerem melhor, como acreditam com alguma candura certos psicólogos (Kelman, 1998). Em Gaza e locais similares marcados pela ecoviolência, a luta reveste-se de ideias e usa argumentos ideológicos, reflecte conflitos de representações sociais, visões do mundo, crenças grupais, arquitecturas de construtos, mas para milhões de pessoas a luta fundamental não é por ideias antagónicas, é pela sobrevivência (Renner, 1996). Essa foi a crítica dirigida por Arastech (2004) a Eidelson e Eidelson (2003), não pelos pontos que pertinentemente sublinham como vectores de incremento dos conflitos intergrupos, mas pelo facto de os apresentarem desenraizados dos contextos históricos em que ocorreram, como se tudo se resumisse a um conflito de representações subjectivas recíprocas, o que seria uma psicologização dos conflitos e uma denegação da realidade em nome de um psicologismo. Claro que em Gaza há percepções e representa-

ções sociais da injustiça que agudizam os conflitos. Mas de injustiças, violências, exclusões e marginalizações que existem na realidade, são pré-perceptuais e não basta dizer que o escravo que aceita ser escravo e não se representa como escravo não é escravo porque não sabe que é escravo ou se sabe não se importa de o ser. Há uma diferença entre morrer de sede e pensar que se está a morrer de sede.

A ecoviolência continuará enquanto nesses países houver em abundância petróleo, os combustíveis fósseis forem essenciais para a máquina económica e industrial mundial, bens escassos como a água, um objecto por excelência da cobiça das nações, o que se faz for feito em cumprimento doxemático da vontade divina, e houver um discurso político e culturalmente aceite que confira mandato moral à violência e à intolerância das diferenças, em que os fins justificam os meios.

[FIGURA N.º 6]



BIBLIOGRAFIA

- ARASTEH, K. (2004), «Denying history», in *American Psychologist*, 59, pp. 182-184.
- ASHMORE, R. D., DEAUX K., e MACLAUGHLIN-VOLPE, T. (2004), «An organising framework for collective identity: articulation and significance of multidimensionality», in *Psychological Bulletin*, 130, pp. 80-114.
- BAECHLER, G. (1998), *Violence through Environmental Discrimination: Causes, Rwanda Arena, and Conflict Model*.
- BANNON, I., e COLLIER, P. (2003), *Natural Resources and Violent Conflict*, Wa., DC., The World Bank.
- BOEHNKE, K., e BAR-TAL, D. (1998), «Political psychology as applied psychology: an introduction», in *Applied Psychology — an International Review*, número especial, Political Psychology.
- BORUM, R. (2004), *Psychology of Terrorism*, University of South Florida.
- BOUHANA, N., e BAR-TAL, D. (1988), «Psychological dynamics of intractable ethnonational conflicts: the Israeli-Palestinian case», in *American Psychologist*, 53, pp. 761-440.
- BREHM, J. W. (1966), *A Theory of Psychological Reactance*, Nova Iorque, Academic Press.
- CEE (1993), *Prospects of Brakish Water Desalination in Gaza*, relatório preparado para o *multilateral working group on water*, Direção-Geral para os Assuntos Externos.
- CRENSHAW, M. (1998), «The logic of terrorism: terrorist behavior as a product of strategic choice», in Reich (1998).
- CRENSHAW, M. (2006), *Terrorism in Context*, Univ. Penn. Press.
- DARWISH, A. (1994), «Water wars», in *Geneva Conference on Environment and Quality of Life*.
- DÉCONCHY, J. P. (1971), *L'Orthodoxie religieuse — essai de logique psycho-sociale*, Paris, Éditions Ouvrières.
- DOBROSKI, M. N., e WALLIMAN, I. (2002), *On the Edge of Scarcity*, Syracuse University Press.
- DUPUIS-DANNON, M.-C. (2005), «Violence et corruption: in couple systémique», in *La violence et ses causes — où en sommes nous?*, UNESCO.
- EIDELSON, R., e EIDELSON, J. (2003), «Dangerous ideas: five beliefs that propel groups towards conflict», in *American Psychologist*, 58, pp. 182-192.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO (2001), *World Disasters Report 2001*.
- FREUD, S. (1930), *Mal Estar na Civilização*, SE.
- GORE, Al (2006), *An Inconvenient Truth — The Planetary Emergence of Global Warming*, Bloomsbury Publishing PLC.
- HARRÉ, R. (2004), «The social construction of terrorism», in Moghaddam e Marsella.
- HEINBERG, R. (2004), *Power Down — Options and Actions for a Post-carbon World*, New Society.
- HOFFER, E. (1951), *The True Believer*, Nova Iorque, Time.
- HOMER-DIXON, T. (1999), *Environmental Scarcity and Violence*, Princeton University Press.
- HOMER-DIXON, T., e BLITT, J. (1998), *Ecoviolence, links among Environment, Population and Security*, Rowman & Littlefield, Nova Iorque.
- KAMINSKY, M. (1989), *Stereotypical Perception Regarding Different Labels of Israeli Arabs as Function of Age and Religiosity*, Universidade de Telavive.
- KELLY, G. (1955), *The Psychology of Personal Constructs*, Londres, Routledge.
- KELLY, K., e HOMER-DIXON, T. (1998), «The case of Gaza», in T. Homer-Dixon e J. Blitt (1998).
- KELLY, R. (2000), *Warless Societies and the Origins of War*, University of Michigan Press.
- KELMAN, H. (1998), «Psychological contributions to peacemaking and peacebuilding in the Middle East», in *Applied Psychology*, 47 (1), pp. 5-29.
- KLARE, M. T. (2001), *Resource Wars: the New Landscape of Global Conflict*, Holt.
- KRAUTKRAEMER, J. (2005), «Economics of natural resource scarcity: the state of the debate», in *Scarcity and Growth Revisited*, Resources for the Future, cap. 4.

- LECHNER, E. (2006), «Memória das origens e identidade social», in *Encontro de Saberes*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LIBISZEWSKI, S. (1995), *Water Disputes in the Jordan Basin Region and their Role in the Resolution of the Arab-Israeli Conflict*, Zurique, ENCOP.
- MARSELLA, A. J. (2004), «Reflections on international terrorism: issues, concepts and directions», in F. M. Moghaddam e A. Marsella (2004).
- MAXWELL, J. W. (2000), «Resource scarcity and conflict in developing countries», in *Journal of Peace Research*, 37, 3, pp. 301-322.
- MCDONALD, B., e JEHL, D. (2003), *Whose Water is this?, the Unquenchable Thirst of a Water-Hungry World*, Wa. DC., National Geographic.
- MOGHADDAM, F. M., e MARSELLA, A. (2004), *Understanding Terrorism: Psychosocial Roots, Consequences and Interventions*, Wa., DC., APA.
- MOGHADDAM, F. M. (2004), «Cultural preconditions for potential terrorist groups: terrorism and societal change», in F. M. Moghaddam e A. Marsella (2004).
- MOGHADDAM, F. M. (2005), «The staircase to terrorism: a psychological exploration», in *American Psychologist*, 60, pp. 161-169.
- MOSES, R. (1990), «On dehumanising the enemy», in Volkan.
- MULLEN, E., e SKITKA, L. (2006), «Exploring the psychological underpinnings of the moral mandate effect: motivated reasoning, group differentiation or anger?», in *J. Pers. Soc. Psychology*, 90, pp. 629-643.
- MUTTITT, G. (2005), *Crude Designs-the Rip-off of Iraq's Oil Wealth*, Seacourt Press (http://www.carbonweb.org/documents/crude_designs_large.pdf).
- OHLSSON, L. (1996), *Hydropolitics*, Dhaka, The University Press, Ltd.
- PIAGET, J. (1963), «Problèmes de psycho-sociologie de l'enfance», in G. Gurvitch (ed.), *Traité de sociologie*, PUF.
- REICH, W. (1998), *Origins of Terrorism*, John Hopkins University Press.
- RENNER, M. (1996), *Fighting for Survival — Environmental Decline, Social Conflict and the New Age of Insecurity*, Norton.
- RENNER, M. (2002), *The Anatomy of Resource Wars*, Wa., DC., Worldwatch Institute.
- REUVENY, R., e MAXWELL, J. W. (2001), «Conflict and renewable resources», in *Journal of Conflict Resolution*, vol. 45, n.º 6, pp. 719-742.
- ROSS, M. (2001), «How does natural resource wealth influence civil war?», UCLA (<http://www.polisci.ucla.edu/faculty/ross/HowDoesNat3.pdf>).
- ROSS, M. (2003), «The natural resource curse: how wealth can make you poor», in Bannon e E P. Collier, *Natural Resources and Violent Conflict*, Washington, D. C., The World Bank.
- ROSS, J. I. (2006), *Political Terrorism: an Interdisciplinary Approach*, Lang.
- RUMMEL, R. J. (1987), «A catastrophe theory model of the conflict helix with tests», in *Behavioral Science*, 32, pp. 241-266.
- SADE, MARQUÊS de (1782), *Dialogue entre un prêtre et un moribond*, manuscrito anónimo publicado em 1926.
- SAKAMOT, M., HAGIHARA, YOSHIMI, e SUGIMAN, TOSHIO (2004), «A dynamic system model of social conflict that combines attitude change model and game theory», in *Asian Journal of Social Psychology*, 7, p. 263.
- SÉMELIN, J. (2005), «Massacres et génocides: l'apport des sciences sociales à leur étude», in *La violence et ses causes: où en sommes nous?*, UNESCO.
- SIVARD, R. (1991,1996), *World Military and Social Expenditures*, Wa., D. C., World Priorities.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (2003), *O Desafio da Água no Séc. XXI*, IPRIS/Editorial Notícias.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (2005), *Metamorfoses — entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Europa-América.
- THE ECOLOGIST, *Blueprint for Survival*, 1972.
- UNEP (2005), «The impact of refugees and internally displaced persons on local environmental resources», in *Environmental Emergencies News*, n.º 5.

- U. N. ENVIRONMENTAL PROGRAM (2006), *Planet in Peril*, Paris, UNEP.
- U. N. REPORT ON THE WORLD SOCIAL SITUATION, (2005), *The Inequality Predicament*.
- U. N. WORLD WATER DEVELOPMENT REPORT (2003), *Water for the People, Water for Life*.
- U. N. DEVELOPMENT PROGRAM (2005), *Human Development Report — International Cooperation at Crossroads*, UN.
- US CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICES, *Report for Congress*, 13 de Abril de 2005 (<http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RS21626.pdf>).
- VOLKAN, V. (1986), «The narcissism of minor differences in the psychological gap between opposing nations», in *Psychoanalytic Inquiry*, 6, pp. 175-191.
- VOLKAN, V. (1988), *The Need to Have Enemies and Friends: from Clinical Practice to International Relations*, Aronson.
- VOLKAN, V. (1990), *Psychodynamics of International Relations*, Lexington Books.
- VOLKAN, V. (1998), «Ethnicity and nationalism: a psychoanalytical perspective», in Bohenke e Bar-Tal (1998).
- VOLKAN, V. (2006), *Killing in the Name of Identity*, Nova Iorque, Pitchstone.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, BRUNDTLAND REPORT (1987), *Our Common Future*, ONU.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002), *World Report on Violence and Health*, Genebra.
- WORLD WATCH INSTITUTE (2005), *State of the World: Redefining World Security*, Nova Iorque, Norton.
- WORLD WATCH INSTITUTE (2006), *State of the World: China and India*, Nova Iorque, Norton.